



Índice

- 01** Índios exigem que Vale retire estrada de ferro de suas terras
- 02** Comunidades atingidas por projetos hidrelétricos no Oeste do Pará não querem ser a próxima Belo Monte
- 03** Prefeitura debate melhorias para saúde de moradores de área indígena
- 04** De novo, cheia no Madeira
- 05** Produtor faz estudo paralelo e Funai cria novo grupo para avaliar Buriti
- 06** Perdendo a linha: Eduardo Viveiros de Castro manda um cotoco para o mundo
- 07** Estudo mostra reflexo de cheias e secas no Pantanal sobre ribeirinhos
- 08** Escola ministra curso de técnico em enfermagem para indígenas, em RR
- 09** Mais de 260 construções de não-índios já foram desocupadas na Terra Indígena Awá (MA)
- 10** UFMS oferece especialização sobre a temática indígena
- 11** Governo do MS pode usar até R\$ 200 milhões para compra de terras
- 12** Seduc reúne com lideranças indígenas
- 13** Passeio pela história indígena do Brasil
- 14** Minha oca, minha vida: Índios protestam após paralisação de obras do programa
- 15** Perdendo a linha II: "Ninguém lê essa bosta de vocês"



16 Década de Afrodescendentes é tema de reunião sobre desigualdade racial na América Latina e no Caribe

17 Quilombolas da Amazônia conquistam terreno para instalar usina de beneficiamento da castanha

18 Incra reconhece área quilombola em Paraty (RJ)

19 SP – Atividade comemorativa ao Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial

20 Dossiê: mineração afeta 32 cidades no Rio de Janeiro e Minas Gerais

21 I Mostra Audiovisual Olhares Indígenas, de 14 a 18 de abril, em Curitiba

22 Prefeito de Sena acompanhará atendimentos do saúde itinerante no rio Iaco

23 URGENTE: Rio Guaporé transborda e deixa famílias desabrigadas

24 PLUVIOMETRIA: Nível do Jaguaribe aumenta e destrói passagens ribeirinhas

25 No dia contra a discriminação racial, lideranças dizem que não há o que festejar e sim alertar

26 Seguranças armados evitam que índios invadam fazendas em MS

27 Governo realiza nova avaliação em fazendas em MS

28 Representantes de 30 tribos participam do lançamento dos Jogos Indígenas 2014

29 Sob as sombras do Piquizeirão, Geraizeiros do Alto Rio Pardo mandam recado a Sete Lagoas, Belo Horizonte e Brasília

30 Começa amanhã a segunda etapa preparatória do Seminário Internacional Carajás



Boletim de Notícias - Edição nº 52./ 2014

Brasília, 21 de março de 2014.

[30 anos](#)



Índios exigem que Vale retire estrada de ferro de suas terras

SÍTIO SÉCULO DIÁRIO, 20.03.2014

A mineradora pediu reintegração de posse da ferrovia na tarde desta quinta (20). Os índios prometem ocupar novamente a linha férrea

Any Cometti

Diante da falta de diálogo e da falta de respeito para um compromisso anteriormente assumido, os índios das aldeias de Comboios e Córrego do Ouro, localizadas em Aracruz, no norte do Estado, vão solicitar judicialmente que a estrada de ferro da Vale seja retirada de suas terras. Na tarde desta quinta-feira (20), um mandado de reintegração de posse por parte da mineradora foi enviado aos índios, que já ocupavam a estrada de ferro desde a última terça-feira (18).

Com o recebimento do mandado, os índios desocuparam a ferrovia, conforme previsto no documento, mas continuam o protesto em área permitida, mantendo 15 metros de distância do local. O mandado está sendo respeitado porque o protesto é de caráter pacífico, como pontua José Sezenando, coordenador da Comissão dos Caciques Tupinikim e Guaraní. Sezenando afirma que os índios não deixarão que os trens carregados de minério sigam caminho pela estrada que corta as aldeias, decisão que já foi comunicada à Vale. Desde a tarde da terça-feira, quando aconteceu a ocupação, nenhum trem da companhia passou pelo local.

Assim que a validade do mandado acabar, o que acontece nesta sexta-feira (21), às 7 horas, os índios ocuparão novamente a ferrovia e, para isso, estão convocando todas as outras aldeias do município. A movimentação acontece porque a Vale cancelou, por um telefonema feito da cidade de São Paulo, a sua participação em uma reunião que aconteceria momentos depois com os índios, o Ministério Público Federal (MPF) e as instâncias estadual e federal da Fundação Nacional do Índio (Funai), que deslocou funcionários de Minas Gerais para participar do encontro. Nesta reunião, seria firmado um acordo no qual a Vale destinaria R\$ 19 milhões ao Plantar, projeto de agricultura desenvolvido pelos índios, como forma de compensação por explorar há mais de 30 anos as terras indígenas.

Segundo os caciques Antônio Carlos, de Comboios, e Luiz Barbosa, de Córrego do Ouro, no dia 18 de janeiro foi feita uma reunião entre o MPF, a Funai, a Vale e as lideranças e povo indígena, na qual o valor da indenização foi firmado com base na agricultura desenvolvida pelos índios das duas aldeias atingidas pela ferrovia. Além disso, a Vale se comprometeu a levar neste dia 18 de março a sua proposta sobre o pagamento da indenização.

Ao invés disso, a poluidora não apresentou um projeto e apenas avisou por um telefonema que não compareceria à reunião, apresentando uma contra-proposta de R\$ 400 mil por uma mensagem de texto de celular (SMS). Os caciques afirmam que esse valor é insuficiente a todo

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 52./ 2014

Brasília, 21 de março de 2014.

o trabalho que deverá ser feito nas aldeias para manutenção e recuperação dos plantios tradicionais indígenas, uma forma de recuperarem seus modos de vida e cultura.

Sezenando reforça que as terras por onde passam os trilhos são dos índios por direito, inclusive definido em demarcações, e que, diante do descaso da Vale para com as aldeias e com os órgãos federais, os índios querem que a estrada de ferro seja retirada de dentro das aldeias. Há 30 anos, a Vale usa as terras indígenas para o transporte de seu minério sem devolver à população tradicional qualquer tipo de compensação por esse uso.

Os índios garantem que os protestos não vão terminar enquanto a Vale não atenda aos anseios da população das aldeias. Na tarde dessa quarta-feira (19), a rodovia ES 010, no trecho que passa pelas aldeias, também havia sido interditada pelos índios, mas foi desocupada no começo da noite.



Boletim de Notícias - Edição nº 52./ 2014

Brasília, 21 de março de 2014.

Comunidades atingidas por projetos hidrelétricos no Oeste do Pará não querem ser a próxima Belo Monte

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 20.03.2014

Organizações entregaram carta de denúncia ao Ministério Público Federal de Santarém, nesta segunda-feira (17). Entre as reivindicações está a realização de consulta prévia, livre e informada, prevista na Convenção 169 da OIT

Terra de Direitos - As águas dos rios Tapajós e Jamanxim estão na mira de projetos hidrelétricos do governo federal e de grandes empresas. O chamado "Complexo Hidrelétrico Tapajós" prevê a construção de sete usinas ao longo dos dois rios, no Oeste do Pará, impactando diretamente 32 comunidades tradicionais, entre quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais, extrativistas e cerca de dois mil quilômetros de território indígena, principalmente da etnia munduruku.

Conforme os procedimentos para a construção das barragens avançam, as violações aos direitos da população atingida se ampliam. Para resistir e denunciar a situação vivida na região, comunidades tradicionais e indígenas, movimentos sociais, sindicatos e entidades se reuniram no dia 13, às vésperas do Dia Internacional de Luta contra as Barragens, celebrado em 14 de março. O encontro foi realizado em Itaituba, uma das principais cidades afetadas pelos projetos.

Como resultado do encontro, nesta segunda-feira (17) as organizações entregaram uma carta de denúncia ao Ministério Público Federal de Santarém. Entre as reivindicações está a realização de consulta prévia, livre e informada, prevista na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, mas não aplicada no contexto de construção das barragens.

Para iniciar o processo de participação, a carta solicita uma audiência pública aberta a toda população da região, com a presença de representantes dos governos municipal, estadual e federal, ainda neste semestre, em Itaituba. O anseio das comunidades e organizações é de que não se repitam as inúmeras violações de direitos humanos em curso na construção das usinas de Belo Monte do Rio Madeira.

Confira a carta:

Itaituba, 13 de março de 2014

Ao Ministério Público Federal – Estado do Pará

Nós movimentos sociais, sindicatos e organizações abaixo assinados, reunidos em decorrência do Dia Internacional de Luta contra as Barragens, celebrado no dia 14 de março, vimos, por meio deste documento, denunciar, as violações de direitos humanos que estão ocorrendo na

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 52./ 2014

Brasília, 21 de março de 2014.

região em decorrência do projeto de "desenvolvimento", que está sendo implantado pelo Estado brasileiro e empresas multinacionais. Para essa região, rica em recursos naturais, estão em curso projetos que violam os direitos humanos das populações locais, como hidrelétricas, construção de portos para a consolidação do agronegócio e mineração.

Muitas dessas violações já estão sendo sentidas na pele pelas comunidades mais próximas a esses empreendimentos e no município de Itaituba, sem sequer termos sido consultados sobre a implementação desses empreendimentos. Assim, denunciamos:

A ofensa aos princípios democráticos e ao direito humano à informação e participação, à medida que esses projetos estão em curso sem qualquer diálogo participativo do Estado Brasileiro com as comunidades da região;

A violação do direito humano ao meio ambiente equilibrado e à proteção da biodiversidade com a redução das unidades de conservação;

A violação do direito de Consulta Prévia, Livre e Informada dos povos indígenas e comunidades tradicionais;

Violação do direito ao território, pois muitas empresas entram em nossas comunidades sem o consentimento dos moradores;

O agravamento dos conflitos internos e do conviver pacífico nas comunidades a partir da entrada de pessoas contratadas por empresas responsáveis pela implantação dos projetos;

De um lado a omissão do Estado Brasileiro que, embora tenha ciência do que vem ocorrendo em nossa região, não nos dá voz, e por outro lado, a truculência com que age para cumprir cronograma de execução dos projetos, se utilizando da Força Nacional de Operações especiais para inibir e amedrontar o povo da nossa região.

Diante disso, e por temermos e não querermos que aconteça na região oeste do Pará o que vem ocorrendo na usina de Belo Monte e usinas do Rio Madeira, pedimos ao Ministério Público Federal que denuncie as violações de direitos humanos que já estão ocorrendo na região e exigimos do Estado Brasileiro o direito de sermos ouvidos e respeitados, exigimos o direito à consulta livre prévia e informada.

Nesse sentido, nós, movimentos sociais, sindicatos e organizações abaixo assinados solicitamos uma audiência pública em conjunto com o Ministério Público Federal com a participação de toda população da região e com a presença dos governos Municipal, Estadual e Federal.

Atenciosamente,

Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB
Movimento de Pescadores Artesanais de Aveiro
Comissão Pastoral da Terra – CPT BR163
Prelazia de Itaituba
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Itaituba
Terra de Direitos



Prefeitura debate melhorias para saúde de moradores de área indígena

SÍTIO PREFEITURA DE ERECHIM, 20.03.2014

A Prefeitura de Erechim, com apoio da Emater/Ascar Erechim, promoveu nesta quarta-feira (19) uma reunião com o grupo da comunidade indígena da Linha São Roque. O encontro teve por objetivo elencar prioridades para a aplicação de recurso recebido pelo município através do Governo do Estado, destinado para atenção à saúde básica de moradores de comunidades indígenas.

Na oportunidade, foram ouvidas as principais reivindicações da comunidade, com foco na área da saúde – que inclui, também, pontos importantes como saneamento básico e coleta de resíduos. O coordenador da Vigilância em Saúde de Erechim, Theodoro Tedesco, salienta que foi proposta uma dinâmica com moradores da comunidade, buscando detectar as deficiências mais urgentes para serem resolvidas.

“Este contato direto com a comunidade, a integração de todos os moradores nesta discussão coletiva sobre as principais demandas, possibilitou que detectássemos a principal necessidade da comunidade: o armazenamento e a distribuição de água”, ressaltou Tedesco. “A partir desse diagnóstico, vamos agir para minimizar este problema e, em seguida, buscar outras melhorias, como a instalação de banheiros e outras necessidades da comunidade”, reforça.

Atualmente, entre adultos e crianças, mais de 30 pessoas residem na comunidade, que existe no local desde 1989 e é coordenada pelo Cacique Dulcimar. Os integrantes, antes de elencarem as prioridades, realizaram resgate da história do grupo e um mapeamento de toda a comunidade. Participaram da atividade integrantes da Secretaria de Saúde de Erechim, da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e da Secretaria Estadual de Assistência ao Indígena (Sesai).



De novo, cheia no Madeira
SÍTIO BRASIL POST, 20.03.2014

Os fenômenos que afetam a Amazônia, cheias e secas dos rios, são inexoráveis e inevitáveis, são desígnios de Deus ou ordem da natureza (para quem é ateu). A proporção é que é variável, batendo ou não recordes. Mas sempre fazem estrago, grandes estragos. A culpa pelos estragos é de quem? Resposta fácil: dos políticos locais (e daqueles lá de Brasília), claro. Porque o grande problema, maior que as chuvas fortes, a cheia ou a seca dos rios, é a falta de interesse e compromisso político em toda a região para criar meios de ao menos minimizar, com a antecedência que é possível, os efeitos desses fenômenos na vida do homem e dos animais da Amazônia.

Acontecem todos os anos (esses fenômenos naturais) e as áreas de risco são mapeadas também há anos (basta pedir à Defesa Civil do Estado). Por que não mudar as pessoas e os bichos das áreas de risco? Por que todo ano as escolas, igrejas e quadras é que têm de servir de abrigo improvisado? Por que esse prazer em decretar estado de calamidade pública ou emergência nos mesmíssimos municípios todos os anos, nas mesmas épocas? Um prazer, digase, muito curioso que permite a dispensa de licitações para compras urgentes de bens ou contratação de serviços, por exemplo.

Aliás, já virou piada de quem trabalha em jornal, rádio ou TV local (jornalista faz piada com desgraça para desestressar, não somos tão maus) a ideia de tirar reportagens sobre as cheias e secas do arquivo e só mudar a data. Porque o cenário não muda: é criança fora da escola porque está alagada (na cheia), é terra alagada que destrói as plantações, é escassez de peixes (na seca), são animais de estimação e gado, patos, galinhas morrendo afogados ou com sede. E sempre: a fome para todos.

Os rios sobem ou descem sem a rapidez das alagações no Rio de Janeiro ou as que cobri na área do Butantã em São Paulo (lembro de uma personagem ótima, que rendeu foto na primeira, pendurando no varal seus livros ensopados). Têm pessoas que são arrastadas pela força da água no meio da rua e morrem, não? Aqui não, a lentidão na subida e descida permite que o ribeirinho fuja de sua casa e, felizmente, não há mortos humanos dessa forma "acidental" (levado pela força da água), mas alguns casos, raros, de doenças que chegam também como herança desses estragos. Ou seja, até essa lentidão na subida ou descida no nível dos rios facilitaria a ação política para minimizar o sofrimento de quem vive por aqui.

A cheia atual do Madeira, é claro, está bem acima do esperado e certamente estaria ultrapassando todas as medidas emergenciais pré-cheia (se tivessem feito). Mas certamente muitos males seriam evitados. A mídia brasileira começou a cobrir a cheia agora, redescobrimo o lado desolador do isolamento da Amazônia. Mas, há duas semanas, vi num site fotos tristes e bem familiares, só que do lado da cheia na Bolívia. Pessoas com água quase no pescoço transportando alimentos, cidades alagadas e fotos chocantes do gado morrendo afogado nas águas do maior afluente do Solimões.

CONT.



É até difícil ler reportagens onde alguém lembre dessa parte considerada pela maioria como "menor", o sofrimento dos animais. Mas há textos mais sensíveis, como a de A Crítica, onde a repórter Carolina Silva relata cena déjà vu muitas e muitas vezes: "Antes de chegarem à área de terra firme, muitos animais acabam morrendo. A enchente coloca em risco até animais ameaçados de extinção. Na comunidade Liberdade, um tamanduá-bandeira acabou sendo morto por um ribeirinho após ser encontrado debilitado devido a tentativa mal sucedida de procurar a terra firme. O morador alegou que não havia condições para tentar salvar o animal. Os cães também tentam se salvar como podem. Ficam dentro de canoas, em cima de marombas ou dentro das casas de seus proprietários. (...)De acordo com a prefeitura, 100 patos, 300 galinhas e 250 porcos não conseguiram sobreviver à grande enchente."

Lembro quando cobri para o Estadão a maior seca pós 1963, em 2010, de observar pedaços de ossos de gado e cachorros, andando pelo leito de um igarapé seco, que lembrava bem mais o cenário de Vidas Secas do que o clichê da fartura eterna de água e verde da Amazônia. A seca de 2005 também foi cruel, sempre é. E também lembro da cobertura da cheia de 2006, de 2011, e da mais terrível que cobri, a de 2009, a segunda maior cheia da história do Amazonas, só superada pela de 1976. Muitas, muitas palafitas só com o teto de fora d'água, ou pela metade, no meio do nada, ilhadas. Eu acho que a cheia dos rios é sempre mais cruel que a seca. Ou não, difícil de dizer, mesmo assistindo de perto às duas.

Nas cheias, vi cachorros mortos afogados, inchados, boiando, galinhas também. Uma vez, numa dessas coberturas de cheia, procurávamos personagens em uma canoa, quando passamos por uma choupana no meio do nada e da água. Quatro cachorros latiam loucamente. O canoeiro disse "é fome, sabe lá há quantos dias estão aí sem os donos". Na hora, eu e o fotógrafo (não lembro se Alberto César Araújo ou Jonne Roriz) pedimos para o canoeiro voltar à sede do município para comprar uns quilos de jaraqui para alimentá-los.

Eu, pensando nos gorduchinhos de ração em casa, imaginava que eles iriam se engasgar mastigando as espinhas. O canoeiro riu de minha preocupação. Eles devoraram os peixes, sem mastigar, abanando os rabos de satisfação. Eu não sei se foram resgatados pelos donos, se os donos voltaram lá, se eles sobreviveram, e deu angústia de não poder fazer nada além de alimentá-los naquele momento.

Todo esse cenário de desolação agora no Madeira é familiar para quem cobre ou cobriu a região. E, repito, ele não muda, é sempre o mesmo: os nomes dos políticos que agem com o mesmo descaso aos ribeirinhos e seus animais de estimação ou alimento é que mudam.

P.S. Excelente artigo, aqui, do arqueólogo Eduardo Góes, com descrição do cenário desolador em Porto Velho e as possíveis causas para a cheia estar mais cruel do que outras passadas (as barragens, uma ajudinha à cruel natureza, para piorar ainda mais a cheia desse ano). "Não é possível ainda afirmar que a construção das barragens tenha uma relação com as cheias e o aumento da erosão do rio Madeira, mas, dadas as características hidrológicas do rio, é bem possível que se verifique essa correlação. O que é inegável, a essa altura, é o abandono em que se encontra a cidade de Porto Velho: esqueletos de viadutos, prédios inacabados, ruas esburacadas. Aparentemente o legado das usinas tem sido a criação de ruínas, além do aumento da violência e, agora, esta inundação."



Produtor faz estudo paralelo e Funai cria novo grupo para avaliar Buriti

SÍTIO NOTICIDADE, 20.03.2014

Um dos pontos de maior divergência entre fazendeiros e o governo federal, a avaliação das benfeitorias das fazendas na região denominada de Terra Indígena Buriti, nos municípios de Dois Irmãos do Buriti e Sidrolândia, é refeita em levantamento paralelo dos produtores e também por nova comissão da Funai (Fundação Nacional do Índio).

Portaria publicada na edição de hoje do Diário Oficial da União constitui grupo técnico para “continuidade do levantamento e avaliações de benfeitorias em ocupações não indígenas situadas na Terra Indígena Buriti”.

Segundo a publicação, assinada pela presidente interina da Funai, Maria Augusta Assirati, o prazo, a contar de 31 de março, é de 18 dias para execução do levantamento de campo, apresentação do relatório fundiário e do material técnico da avaliação das benfeitorias. O grupo será formado por três servidores, sendo um engenheiro agrônomo e dois técnicos em agricultura e pecuária.

Para o presidente da Acrissul (Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul), Francisco Maia, a continuidade do levantamento é um gesto do governo federal. “Para não fechar as portas”, analisa.

Contrariados com a avaliação das fazendas, os proprietários realizam um estudo paralelo para fazer contraproposta à União. No levantamento, serão avaliados itens como infraestrutura, topografia, fertilidade do solo.

A compra da área, cenário da reintegração de posse que resultou na morte do índio terena Oziel Gabriel, é discutida desde junho do ano passado, quando uma comitiva do governo federal, capitaneada pelo ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, veio a Campo Grande.

Em janeiro deste ano, o Ministério da Justiça fez oferta de 78,6 milhões por 26 fazendas. Inicialmente, a expectativa era de que a indenização fosse, no mínimo, de R\$ 150 milhões pelos 15 mil hectares.

“Mas estou otimista. O governo está trabalhando. Os produtores com paciência e entendendo. Acho que nos próximos 70 dias fecha o negócio”, afirma o presidente da Acrissul.



Perdendo a linha: Eduardo Viveiros de Castro manda um cotoco para o mundo

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 20.03.2014

Eduardo Viveiros de Castro, o grande xamã da antropologia radical nonsense, respondeu ao perfil dele feito pela equipe do #Qi com um gesto obsceno, um cotoco. Vários dos seus seguidores comemoraram e endossaram um desenho do grande mestre mandando um cotoco para o @QuestaoIndigena no Twitter.

Foram poucos os momentos em que a equipe #Qi se divertiu tanto. Curar surto psicótico proto-epifânico com Omeprazol parecia ser o auge, mas Viveiros de Casto se superou e nos surpreendeu com o seu prosaico cotoco.

Um gesto obsceno que deixa claro o desprezo do grande xamã pelas fissuras no paradigma de sua antropologia radical. Embora dirigido ao Questão Indígena, o cotoco de Viveiros de Castro atinge Adenilson Kixi Munduruku, morto pela Polícia Federal ao tentar defender suas balsas ilegais de extração de ouro no rio Tapajós. Atinge também Stef Pinheiro de Souza, degolado por índios Tenharim no violento ápice de um conflito gerado pela cobrança ilegal de pedágio endossada pela antropologia de Viveiros de Casto.

O gesto de Eduardo Viveiros de Castro atinge Oziel Gabriel, índio Terena morto pela Polícia Federal ao resistir a reintegração de posse de uma fazenda invadida e Arnaldo Alves Ferreira, agricultor idoso espancado até a morte por índios Gurani, ambos no Mato Grosso do Sul. O cotoco de do grande xamã atinge Juraci Santana, assentado da reforma agrária assassinado a tiros por indigenóides tupinambarana no sul da Bahia.

O cotoco de Viveiros de Castro atinge Rosilda Pimentel de Souza, escoraçada pela Funai de uma área demarcada no Mato Grosso, Solom do Carmo Farias, assentado da reforma agrária expulso do assentamento Barreirão pela Funai em decorrência da ampliação da terra indígena Apyterewa, no Para, e Deuziana Alves, expulsa com as filhas pela Funai como ocupante de má fé de uma terra que recebeu de herança do pai, no Maranhão.

O cotoco de Viveiros de Castro é a expressão vagabunda do desprezo que os antropólogos radicais têm pelos efeitos sociais adversos da teoria que professam. O cotoco de Viveiros de Castro é para o Brasil, para brasileiros não índios cujos direitos são violados ante o choque com os direitos indígenas, mas também para os brasileiros índios, igualmente vítimas dessa sobreposição de direitos.

A equipe do Questão Indígena responde ao gesto de Viveiro de Castro oferecendo uma rosa. Não a ele, que é um imbecil. Mas àqueles que compreendem que impor os direitos indígenas violando direitos de não indígenas apenas a exercício da sede humana por vingança, é apenas uma forma fraticida de criar o caos e a cizânia entre irmãos. Há quem goste dessa fissura, há quem dependa dela. Há aqueles cujas teorias apocalípticas e o pessimismo mal humorado dependem do caos e da violência.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 52./ 2014

Brasília, 21 de março de 2014.

Nós da equipe #Qi acreditamos na paz. Na reconciliação entre índios e não índios. No respeito aos direitos indígenas sem a imposição vingativa da violência contra os não índios. No respeito aos anseios das populações tradicionais em todos os aspectos, inclusive quando eles decidem sorver a cultura ocidental.

Nós da equipe #Qi queremos oferecer a você não um cotoco tosco e machista, mas uma rosa em sua delicadeza efêmera. Uma rosa sem nome. Queremos convidá-lo a olhar para a questão indígena por uma nova perspectiva conciliadora, fraternal e não violenta.

Porque no fundo somos todos índios, todos brancos, todos negros, todos mestiços, todos mulatos, todos mamelucos. Porque no fundo somos todos brasileiros e nada, muito menos as teorias sem sentido de Viveiros de Castro, justifica a violência.

Veja aqui o perfil que tanto irritou o grande xamã da antropologia nonsense, o arauto do fim do mundo, Eduardo Viveiros de Castro



Estudo mostra reflexo de cheias e secas no Pantanal sobre ribeirinhos

SÍTIO CORREIO DE CORUMBÁ, 20.03.2014

Os resultados de um projeto que começou em julho de 2012 com o objetivo de avaliar as mudanças climáticas no Pantanal e os impactos sofridos por comunidades da região foram apresentados na manhã desta quinta-feira (20) em Campo Grande. O relatório produzido pela Ecoa (Ecologia e Ação) será entregue para Ministérios em Brasília no decorrer da semana.

Segundo uma das consultoras do projeto, Vanessa Spacki, dois grandes problemas identificados no Pantanal brasileiro em 2008 e 2011 motivaram o levantamento de como os efeitos climáticos estão mudando o bioma e alterando a vida dos ribeirinhos.

Uma grande estiagem na época da cheia, no ano de 2008, e a cheia que durou até oito meses em algumas regiões no ano de 2011 foram consideradas devastadoras para comunidades que vivem do Pantanal.

O objetivo do projeto que ganhou apoio do Ministério da Justiça era mapear os eventos climáticos em todo o Pantanal brasileiro, coletando dados dos próprios moradores da região, avaliar os efeitos e impactos, informar os moradores e apresentar propostas para melhorar a condição das comunidades e do bioma.

Equipes percorreram todo o Pantanal tanto em Mato Grosso do Sul como Mato Grosso durante sete meses e mais de 121 moradores foram entrevistados. Os problemas identificados pelas equipes foram vários entre eles a duração das cheias que passou de seis meses para um mês, secas de córregos e bacias, efeito maré, aumento de calor, sensação térmica e queimadas.

Vanessa explica que as consequências dos efeitos climáticos já são conhecidas por quem vive no Pantanal. "Houve diminuição de frutos, desbarrancamento e assoreamento de rios. Nosso objetivo é auxiliar na manutenção do Pantanal e das comunidades", diz.

Entre as propostas apresentadas no relatório, estão a instalação de mais estações telemétricas em pontos estratégicos, com o objetivo de monitorar eventos climáticos com a maior antecedência possível e a integração com a Defesa Civil dos municípios. A saúde das comunidades e moradias adaptadas também estão entre as propostas do projeto.

No encontro promovido pela Ecoa na manhã desta quinta-feira, estavam pesquisadores de universidades, moradores de várias regiões do Pantanal em Mato Grosso do Sul e no Mato Grosso, pescadores e representantes de prefeituras.

Autoridades de Mato Grosso do Sul também devem receber o relatório ainda esta semana, conforme a Ecoa.



Escola ministra curso de técnico em enfermagem para indígenas, em RR
SÍTIO G1/RR, 20.03.2014

*35 indígenas vão participar do curso para técnico em enfermagem.
Contratação de professores vai até o dia 11 de abril.*

Trinta e cinco indígenas vão participar pela primeira vez do curso de técnico em enfermagem para indígenas. A iniciativa partiu deles, mas será realizado pela Escola Técnica de Saúde em Roraima (Etsus/RR). As inscrições para contratação temporária de docentes para ministrar as etapas de formação começaram na segunda-feira (17) e vão até 11 de abril.

São dez vagas que devem ser preenchidas por profissionais graduados na área de saúde, educação e enfermagem, com experiência na área indígena de no mínimo um ano. O edital e demais anexos para consulta, informações e impressão podem ser acessados na página da Secretaria Estadual de Saúde na internet. O candidato deve comparecer à Etsus, munido dos documentos necessários, em horário comercial.

Segundo uma das técnicas da escola, Taynah Barbosa, as aulas previstas para o segundo semestre, depois que encerrar as contratações dos docentes, vão acontecer na comunidade da Malacacheta, região do Cantá, município a 38 quilômetros de Boa Vista. "Os 35 indígenas indicados pelos 'parentes' atendem tanto o Dsei (Distrito Sanitário Especial Indígena) Leste quanto o Dsei Yanomami", ressaltou.

As aulas ocorrerão em duas etapas formativas, divididas em dez blocos que terão 820 horas/aulas, sendo 560 teóricas e 260 práticas. O docente receberá R\$ 35,00 por hora/aula e ajuda de custo de R\$ 60 por dia para deslocamento e alimentação.

Conforme Taynah, o seletivo terá fase curricular e avaliação didática. Mas ambas são eliminatórias e classificatórias. "O candidato poderá concorrer somente a um único bloco de unidades temáticas. Cada bloco possui diferentes temas ligados à saúde", comentou.

Para o julgamento dos candidatos será formada uma Comissão de Avaliação do Processo Seletivo Simplificado, composta por três membros da Etsus e mais dois dos Dseis.

De acordo com Taynah, dos inscritos no curso técnico, há vários indígenas que atuam na saúde, muito deles como agentes. "A qualificação vai aprimorar os conhecimentos já adquiridos. Outro fator importante é o reconhecimento do próprio povo e dos não-índios", disse ela.

A análise curricular está agendada para ocorrer entre os dias 22 e 30 de abril. Os candidatos poderão interpor recurso no prazo de dois dias úteis, após a publicação preliminar do resultado.



Mais de 260 construções de não-índios já foram desocupadas na Terra Indígena Awá (MA)

SÍTIO PORTAL BRASIL, 20.03.2014

De 16 grandes extensões de terra apropriadas por posseiros para criação de gado, sete estão desocupadas ou abandonadas

A saída dos moradores não índios da Terra Indígena Awá, no Maranhão está ocorrendo normalmente, sem incidentes registrados. Até o momento, do total de 427 construções na área, 263 (61,6%) estão desmontadas, abandonadas ou sendo desmontadas.

Das 16 grandes extensões de terra apropriadas por posseiros para criação de gado, sete estão desocupadas ou abandonadas, em seis os ocupantes estão terminando de retirar o material e duas, cujas sedes estão fora, mas possuem pastos dentro da Terra Indígena, ainda não alteraram as cercas conforme determinação judicial. Apenas uma está em processo de adequação da cerca.

Nos sobrevoos e deslocamentos terrestres realizados pelas forças federais da Operação Awá, já foram identificadas diversas casas abandonadas ou desmontadas. Está sendo feito um reconhecimento mais detalhado para confirmar a situação de 164 construções - ou 38,4% do total.

Aqueles que ainda estão dentro da Terra Indígena aguardam agendamento para sair. A Funai continua a recuperação de vias dentro e fora da área para permitir o acesso às famílias isoladas e das que saem por meios próprios e com o apoio das prefeituras locais.

Base

No dia 15 de março foi montada a terceira base da Operação Awá no povoado de Vitória da Conquista, com o objetivo de apoiar as atividades de desocupação da Terra Indígena. O povoado de Cabeça Fria está praticamente toda desmontado. As poucas casas que permanecem estão aguardando o apoio para a retirada. Como em Cabeça Fria, as casas em Vitória da Conquista também estão em fase de desmontagem.

No dia 14 de março, o Incra realizou uma reunião no povoado de Cabeça Fria com o objetivo de orientar famílias cadastradas e aptas ao assentamento no programa nacional de reforma agrária. O governo federal assentará as 224 famílias que se enquadram nos critérios do Plano Nacional de Reforma Agrária.

Para atender de imediato as famílias, o Incra disponibilizou dois assentamentos - Parnarama e Coroatá - com 570 lotes, o suficiente para incluir todos os posseiros. Na próxima sexta-feira (26) representantes dos agricultores familiares irão conhecer os dois assentamentos a convite do Instituto.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 52./ 2014

Brasília, 21 de março de 2014.

As famílias que serão assentadas terão ainda benefícios como Crédito Apoio e Fomento, Prona, vias de acesso, assistência técnica e políticas públicas como o Minha Casa, Minha Vida, Luz para Todos e Água para Todos. Todas as famílias de baixa renda notificadas receberão cestas básicas do governo federal.

A equipe interministerial da Operação Awa é formada pela Funai, Secretaria-Geral da Presidência da República, Ministério da Defesa (Exército e Força Aérea Brasileira), Polícias Federal, Rodoviária Federal, Força Nacional, ICMBio, Ibama, Gabinete de Segurança Institucional - ABIN, Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – Censipam, MDA/ Incra e INSS.

Fonte:

Fundação Nacional do Índio



Boletim de Notícias - Edição nº 52./ 2014

Brasília, 21 de março de 2014.

UFMS oferece especialização sobre a temática indígena

SÍTIO PORTAL UNIVERSIDADE, 20.03.2014

As inscrições para a Pós-Graduação lato sensu em Culturas e Histórias do Povos Indígenas podem ser feitas até o dia 10 de março. Com 200 vagas distribuídas entre os municípios de Campo Grande, Naviraí, Amambai e Aquidauana, o curso de especialização é destinado a professores/as das redes estaduais e municipais de educação, e tem como objetivo geral a formação de professores/as para qualificar a abordagem das temáticas das culturas e histórias dos povos indígenas nas práticas pedagógicas e curriculares desenvolvidas no Estado de Mato Grosso do Sul, o que contribuirá com a implementação qualificada da Lei nº 11.645/2008.

A modalidade do curso é semipresencial e os encontros ocorrerão aproximadamente a cada três meses totalizando uma carga horária de 360 horas divididas em dez módulos, mais a elaboração de um trabalho de conclusão de curso sobre a temática das culturas e histórias dos povos indígenas.

Fonte: UFMS



Boletim de Notícias - Edição nº 52./ 2014

Brasília, 21 de março de 2014.

Governo do MS pode usar até R\$ 200 milhões para compra de terras

SÍTIO AGORA MS, 20.03.2014

Projeto de lei que deu entrada na quarta-feira (19) na Assembleia Legislativa autoriza abertura de crédito especial até o limite de R\$ 200 milhões no orçamento do Fepati (Fundo Estadual de Terras Indígenas) para o exercício de 2014.

Segundo mensagem do governador André Puccinelli (PMDB), a proposta de orçamento conta com a parceria e o compromisso do governo federal em destinar recursos para aquisição de terras em torno da área indígena Buriti, em Sidrolândia, a fim de acabar com o conflito existente entre proprietários rurais e a comunidade indígena.

A Assembleia Legislativa já foi protagonista de diversas reuniões para tentar solucionar a situação de tensão e conflito entre índios e produtores que se arrasta há anos em Mato Grosso do Sul.

Informações Conjuntura Online



Boletim de Notícias - Edição nº 52./ 2014

Brasília, 21 de março de 2014.

Seduc reúne com lideranças indígenas

SÍTIO 180 GRAUS, 20.03.2014

Gestores da Secretaria de Estado da Educação (Seduc) receberam, nesta quarta-feira (19), na sede do órgão, no bairro Monte Castelo, em São Luís, um grupo de lideranças indígenas. Na ocasião, foram discutidas ações e projetos de infraestrutura, transporte, alimentação, censo escolar e demais benefícios para melhoria da educação indígena no estado.

O encontro contou com a participação dos secretários adjuntos da pasta, Lívio Jonas (Planejamento e Orçamento); Conceição Andrade (Projetos Especiais); Pedro Barbosa (Gestor de Atividade Meio); Consuelo Magalhães (Suporte) e Flávia Raquel (Assuntos Jurídicos). Participaram também a gestora regional de Barra do Corda, Fernanda Milhomem, e a coordenadora estadual do Programa Bolsa Família, Ana Gabriela Borges.



Passeio pela história indígena do Brasil

SÍTIO PORTAL BRASIL, 21.03.2014

Turista tem possibilidade de visitar aldeias espalhadas pelo País e viver um pouco da cultura indígena bem de perto

O Brasil é um País repleto de belezas únicas. O Destino Brasil, blog do Ministério do Turismo, fez um passeio para conhecer mais de perto os povos que fazem parte da herança histórica brasileira e preparou sugestões de passeios em aldeias indígenas espalhadas pelo País.

Foram pesquisadas etnias em várias regiões do Brasil. Muitas delas ficam abertas à visita em tempo integral, outras oferecem passeios em parceria com agências de turismo. Neste tipo de passeio, é possível pescar, atirar com arco e flecha, dormir em redes ou esteiras e ainda comer pratos típicos dos primeiros habitantes da região.

Preparados para essa aventura?

Acre

No Vale do Juruá, é possível fazer o passeio do Caminho das Aldeias e da Biodiversidade, passando pelas principais aldeias da região, entre elas a Nova Esperança dos Yawanavás, no Rio Gregório, a aldeia Apiwtxa no Rio Amazônia e no município de Marechal Thaumaturgo os índios da Ashaninkas.

Bahia

Em Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália, o visitante encontra cerca de 20 aldeias da etnia Pataxó. A Reserva da Jaqueira é uma das mais conhecidas por conta dos seus rituais em noite de lua cheia e nova. Na Aldeia Velha, é possível fazer atividades na parte da manhã e almoçar. Já em Imbiriba, os índios oferecem aulas de artesanato e contam suas histórias. Em Caraíva, os passeios podem durar de dois a cinco dias, indo ao Monte Pascoal, visitando as aldeias, Mãe de Barra Velha, Boca da Mata e Pé do Monte.

Mato Grosso

Criado há mais de 50 anos, o Parque Nacional do Xingu é parada obrigada para os amantes da cultura indígena. Para visitar o local é necessária autorização da Funai e assinar um termo de responsabilidade. O visitante que passear no terceiro maior parque indígena do mundo receberá a garantia de lindas paisagens entre o planalto central e a Amazônia.

Os Potiguara ("comedores de camarão", de pety, "camarão", e guara, "comedor") são um grupo indígena que habitam ao norte do estado brasileiro da Paraíba, junto aos limites dos

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 52./ 2014

Brasília, 21 de março de 2014.

municípios de Rio Tinto, Baía da Traição e Marcação (na Terra Indígena Potiguara, Terra Indígena Jacaré de São Domingos e Terra Indígena Potiguara de Monte-Mor).

A Festa do Toré é um importante ritual em homenagem aos antepassados da tribo, em especial, ao pai Tupã e à mãe Tamainem, se trata de uma espécie de comunicação entre o mundo dos homens e o mundo sobrenatural.

Em geral, essa cerimônia é realizada nas comemorações do Dia do Índio (19 de abril), sendo pensado como um "ritual sagrado" que celebra a amizade entre as distintas aldeias, realçando o sentimento de grupo e de nação.

Fonte:
Blog do Turismo



Minha oca, minha vida: Índios protestam após paralisação de obras do programa
SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 21.03.2014

Índios de aldeias de Avaí, no interior de São Paulo, realizaram uma manifestação em frente a prefeitura na manhã de quinta-feira (20). O motivo seria uma verba que a prefeitura deixou de repassar e que afetou a vida da tribo e a preservação da cultura indígena.

O dinheiro destinado à construtora que está fazendo casas da Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano (CDHU) na aldeia não é repassado desde o final de dezembro. Por causa disso, na semana passada, a empresa parou os serviços em um dos locais do programa "Moradia Indígena".

"A reunião é para poder dar continuidade do projeto da moradia indígena, que precisamos disso. O projeto veio para a moradia indígena e não aceitamos essa paralisação", informou o representante do grupo, Mario de Camilo.

Segundo o prefeito de Avaí, Celso de Faveri, o município está inadimplente e, por isso, não recebe verbas do governo estadual. Ele informou também que na terça-feira, dia 25 está marcada uma reunião em São Paulo resolver o impasse.

"Creio que terça-feira libera ou de uma forma ou de outra. Se não liberar vou ter que pagar a obra que ficou para trás", afirmou Celso Faveri.



Boletim de Notícias - Edição nº 52./ 2014

Brasília, 21 de março de 2014.

Perdendo a linha II: "Ninguém lê essa bosta de vocês"

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 21.03.2014

https://www.youtube.com/watch?v=Ey-quTN1VWo&feature=player_embedded

"Ninguém lê essa bosta de vocês", diz uma seguidora do grande xamã da antropologia radical, Eduardo Viveiros de Castro. Ao ver o vídeo acima em que o Deputado Federal Weverton Rocha diz o contrário, outro seguir dispara: "Ninguém que não seja canalha. Ou idiota". Ao serem lembrados de que o próprio, Eduardo Viveiros de Castro disse ter lido pelo menos um post do #Qi, os cães-de-fila reconhecem: "Eu também li. Volta lá pra lamber saco de fazendeiro." É nesse nível que está a repercussão nas redes sociais dos perfis de Eduardo Viveiros de Castro de Edward Luz publicados aqui no Questão Indígena.



Década de Afrodescendentes é tema de reunião sobre desigualdade racial na América Latina e no Caribe

SÍTIO UOL, 21.03.2014

Encontro em Brasília busca estabelecer uma agenda comum sobre a promoção da igualdade racial entre os países das duas regiões.

Brasília recebe esta semana, nos dias 20 e 21 de março, a Reunião Regional da América Latina e do Caribe sobre a Década de Afrodescendentes. Organizada pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPIR/PR) e pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), o encontro reúne representantes dos governos, organismos multilaterais, gestores e representantes da sociedade civil para estimular a cooperação e troca de experiências entre os países participantes, por ocasião da Década de Afrodescendentes.

O objetivo geral do encontro é a articulação de uma agenda comum e o fortalecimento dos compromissos assumidos ao longo de 12 anos após a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas (III CMR), realizada em 2001 em Durban, na África do Sul. A reunião é uma oportunidade para avaliar a experiência recente, revisar propostas existentes e estabelecer prioridades e estratégias de atuação que abram um novo ciclo na agenda de enfrentamento ao racismo e à discriminação racial.

O evento conta com diversos painéis de discussão sobre a situação dos afrodescendentes no Brasil e nos países envolvidos, além de abordar temas como o racismo e a intolerância. A cada reunião, um relator irá agrupar as propostas apresentadas, que serão então compiladas em um documento final assinado por vários representantes do governo, estabelecendo assim uma nova agenda comum para a Década de Afrodescendentes.

Durante a cerimônia de abertura do evento, no Auditório do Instituto Rio Branco, em Brasília, o representante residente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Jorge Chediek, falou sobre a importância do cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) para todos, independentemente de raça e cor, e lembrou que a maioria das vítimas de violência no Brasil ainda é negra.

"O Brasil, embora tenha avançado muito no alcance dos ODM, ainda tem uma realidade de iniquidade muito extrema e a dimensão racial é um elemento muito importante nessa luta", disse. "Nós estamos trabalhando com o governo do Brasil para melhorar essa situação", acrescentou.

A ministra Luiza Barros, que também participou da mesa de abertura do evento, ressaltou que a cooperação internacional é um dos principais caminhos para a abertura de uma nova geração de políticas raciais. "Vamos fazer um esforço para usar os nossos países como referência tendo sempre em perspectiva uma ação que possa ser feita de maneira conjunta", afirmou.

CONT.



Brasil Quilombola

Os últimos dez anos foram fundamentais para a implementação de políticas para a promoção da igualdade racial no Brasil. O Programa Brasil Quilombola, apoiado pelo PNUD, é um exemplo de iniciativas que buscam a superação da desigualdade racial ao mesmo tempo em que promovem o desenvolvimento sustentável, área-chave da atuação da agência da ONU.

No projeto Brasil Quilombola, o PNUD tem apoiado o crescimento de comunidades quilombolas e de povos tradicionais de origem africana por meio da realização de mapeamentos socioeconômicos participativos e do fortalecimento das cadeias produtivas do agroextrativismo. Essas ações, aliadas a ações governamentais complementares, tem como objetivo aprimorar as políticas públicas de inclusão social e, consequentemente, diminuir as desigualdades sociais e raciais no país.



Boletim de Notícias - Edição nº 52./ 2014

Brasília, 21 de março de 2014.

Quilombolas da Amazônia conquistam terreno para instalar usina de beneficiamento da castanha

SÍTIO ECODEBATE, 21.03.2014

Cerimônia oficializa doação do terreno, um importante passo para a autonomia das comunidades que trabalham com a castanha

No próximo dia 25 de março, às 9h, acontecerá a cerimônia para oficializar a doação de terreno para a Cooperativa Mista Extrativista dos Quilombolas do Município de Oriximiná (CEQMO) pela Prefeitura Municipal de Oriximiná.

No terreno será instalada uma usina de beneficiamento de castanha-do-pará, um passo importante para o projeto "Caminho do Melhor Negócio da Castanha", iniciativa da CEQMO em parceria com a Comissão Pró-Índio de São Paulo e com apoio de Christian Aid e ICCO.

Projeto "O Caminho do Melhor Negócio da Castanha"

Os municípios de Oriximiná e Óbidos, na Calha Norte do Pará, são tradicionalmente grande produtores de castanha-do-pará e os quilombolas estão entre os principais coletores na região.

Atualmente, além de atuar na cadeia como coletores, os quilombolas são proprietários de extensas áreas de castanhais. E buscam agora mais um passo: beneficiar sua produção.

Desde o final dos anos 1990, os quilombolas e a Comissão Pró-Índio de São Paulo vêm trabalhando em parceria para tornar o negócio da castanha mais rentável e sustentável para as comunidades. Nessa trajetória cheia de desafios, após um período de oito anos organizando a coleta e comercialização da castanha in natura, a cooperativa decidiu que o Caminho do Melhor Negócio da Castanha passa pelo beneficiamento e vem investindo nessa direção.

A meta é que até 2016, a Usina Quilombola esteja implantada e nessa primeira etapa produzindo 40 toneladas/ano de castanha sem casca e gerando 20 postos de trabalho. O plano prevê o aumento gradual da produção nos anos posteriores.

Quando: 25 de março de 2014, às 9h

Onde: Parque de Exposições José Diniz Filho, na cidade de Oriximiná.

Programação:

Palavra do Prefeito de Oriximiná, Luiz Gonzaga

Palavra do Presidente da Câmara de Vereadores, Leonardo Alves

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 52./ 2014

Brasília, 21 de março de 2014.

Palavra do Presidente da CEQMO, Francisco Hugo de Souza

Apresentação cultural das comunidades quilombolas

Grupo Encanto do Quilombo

Dança da Castanha do Jauary

Carimbó da Serrinha

Lundum da Velharada

Promoção: CEQMO e Prefeitura de Oriximiná

Apoio: Comissão Pró-Índio, Christian Aid e ICCO

Saiba mais em: www.quilombos.org.br

Sobre a CEQMO

A Cooperativa Mista Extrativista dos Quilombolas do Município de Oriximiná, conhecida como Cooperativa do Quilombo ou ainda pela sigla CEQMO, foi criada em 2005 como um desdobramento das ações da ARQMO – Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná e da Comissão Pró-Índio de São Paulo visando tornar o negócio da castanha uma opção de geração de renda mais sustentável economicamente.

A CEQMO é formada por cooperados e cooperadas das diversas comunidades quilombolas de Oriximiná.

Sobre a Comissão Pró-Índio de São Paulo

A organização não-governamental Comissão Pró-Índio de São Paulo foi fundada em 1978 por um grupo de antropólogos, advogados, médicos, jornalistas e estudantes para defender os direitos dos povos indígenas frente as crescentes ameaças do regime ditatorial vigente naquela época.

Nos seus mais de 30 anos de existência, Comissão Pró-Índio de São Paulo tem atuado junto com índios e quilombolas para garantir seus direitos territoriais, culturais e políticos, procurando contribuir com o fortalecimento da democracia e o reconhecimento dos direitos das minorias étnicas.



Incra reconhece área quilombola em Paraty (RJ)

SÍTIO PORTAL BRASIL, 21.03.2014

Ação foi tomada de acordo com as diretrizes apresentadas no Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID)

O Diário Oficial da União (DOU) publicou portaria de regularização das terras das comunidades remanescentes de Quilombos Cabral, localizado no município de Paraty (RJ). A ação foi tomada de acordo com as diretrizes apresentadas no Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID).

O trabalho foi elaborado por uma comissão de técnicos do Incra/RJ por meio do memorial descritivo onde constam as características, limites e confrontações da localidade.

Ao todo, 50 pessoas moram no quilombola Cabral. A área reconhecida tem 512,8478 hectares e é oriunda de terras devolutas estaduais e de um proprietário privado.

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária



Boletim de Notícias - Edição nº 52./ 2014

Brasília, 21 de março de 2014.

SP – Atividade comemorativa ao Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 21.03.2014

**DIREITOS HUMANOS OUVI
VÍTIMAS DE RACISMO E DISCRIMINAÇÃO RELIGIOSA**



Ouvidores:
* Dr. Paulo Tavares Mariante – Presidente do Conselho Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de Campinas
* Naiza Bezerra – Assistente Social do Centro de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate ao Racismo – São Paulo

Relatoria:
* Magali Mendes – Secretária do Conselho Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de Campinas.

Atividade comemorativa ao Dia Internacional de Luta Pela Eliminação da Discriminação Racial

DIA 21/03/2014 (Sexta-feira), às 19h, Rua General Osório, 490 – Palácio da Mogiana

Realização:
* Conselho Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de Campinas

Apoio:
* Sindicato Químicos Unificados Regional Campinas;
* Coordenadoria Setorial de Igualdade Racial Campinas/SP.

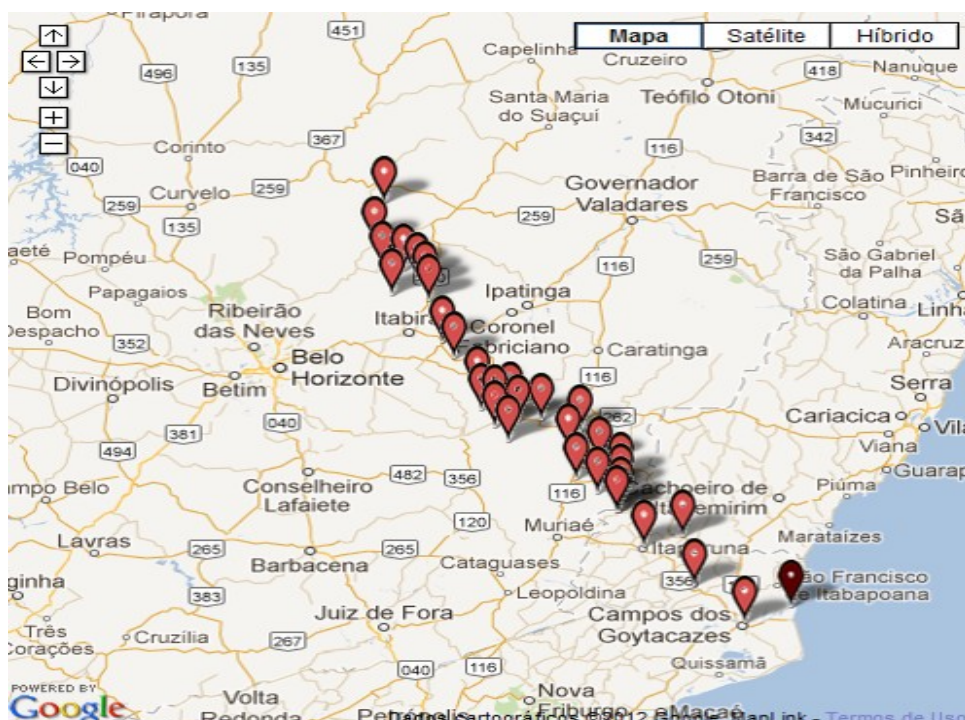
Comissão Organizadora: Magali: (19) 9.8352.6577 Maurílio: 9.9492.3485 Irani: 9.9941.1122

21 de Março – data instituída pela ONU como Dia Internacional de Luta Pela Eliminação da Discriminação Racial, em memória dos 69 mortos e 186 feridos no Massacre de Shaperville, em 1960, na África do Sul, durante o regime do Apartheid.

A atividade tem como objetivo demarcar essa data acolhendo vítimas de violação de Direitos Humanos, no que tange ao crime de racismo e discriminação religiosa no Brasil que se direciona principalmente contra negr@s, religiões de matriz africana e seus adeptos. Também é necessário referendar práticas institucionais que contribuam com a garantia dos direitos e na eliminação de todas as formas de discriminação. Para tanto, na oportunidade será apresentado o projeto de implantar em Campinas de um “Centro de Referência em Direitos Humanos de na Prevenção e Combate ao Racismo e Discriminação Religiosa”, proposta aprovada na III Conferência Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, realizada nos dias 29 e 30/11 e 01/12/2013.



Dossiê: mineração afeta 32 cidades no Rio de Janeiro e Minas Gerais
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 20.03.2014



Por Camila Nobrega e Rogério Daflon, do Canal Ibase

Pelo menos trinta e duas cidades brasileiras já foram atingidas pelo projeto Minas-Rio, um dos maiores empreendimentos minerários do mundo. Ele começa com a extração de minério na cidade Conceição do Mato Dentro, em Minas Gerais, corta dezenas de municípios por onde passa um mineroduto e termina no Porto do Açu, empreitada do polêmico empresário Eike Batista, em São João da Barra, no Rio de Janeiro. Diante de um quadro aterrador, um dossiê inédito elaborado por entidades da sociedade civil reúne informações que dão a dimensão de como os territórios estão sendo devastados social e ambientalmente. A indignação de povos dos dois estados foi transformada em união e combustível para a resistência.

Os grupos de atingidos de São João da Barra e de Conceição do Mato Dentro se conheceram, fizeram visitas mútuas e observaram que as violações numa e outra cidade guardavam trágica semelhança. Eles se juntaram então, a entidades como Ibase, Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB), o Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA) da UFMG e da UFF, para organizar os dados que expõem os estragos desse empreendimento que arrasou modos de vida e destruiu o ecossistema local com o aval dos governos dos dois estados e do governo

CONT.



federal. O cenário, como evidencia o documento, se compõe de graves violações de direitos humanos. A vida dos moradores dessas cidades foi atropelada, e eles viram suas lavouras serem utilizadas para uma concentração de terra sem precedência nessas regiões e os bens comuns, como caminhos, recursos hídricos e a maior restinga da América Latina revertidas para empresas privadas, ou seja, para acumulação de capital.

- A questão fundiária nesse projeto é emblemática. Nesse processo, 30 mil hectares (seis mil em Minas e 26 mil no Rio) foram comprometidos – assinala o geógrafo Eduardo Barcellos, da Associação dos Geógrafos Brasileiros.

A falta de senso dos órgãos ambientais – pressionados pelos governos dos dois estados que se deslumbraram com a megalomania dos empresários à frente dos empreendimentos em Minas e Rio – causou distorções que levaram populações a sofrimentos desnecessários.

As compensações ambientais acordadas, por exemplo, não levaram em conta modos de vida tradicionais. Um exemplo disso é o processo pelo qual foi criado o Parque Estadual da Lagoa do Açú, em São João da Barra. Com mais de oito mil hectares e classificado como área de proteção integral, ele se sobrepôs a atividades produtivas tradicionais e impactou a vida de pessoas de dois assentamentos: Che Guevara e Ilha Grande, ou seja, em as áreas de reforma agrária, o que mostra a arbitrariedade e a inconsistência do Instituto Estadual do Ambiente (Inea).

A remoção de famílias foi brutal, tanto em Minas como no Rio. Áreas em que viviam, sobretudo, agricultores familiares e pescadores foram alvo de desapropriações por decretos estaduais, sem qualquer consulta pública, declarando-as de utilidade pública.

(Vídeo expõe sofrimento dos atingidos)

- É como se produzir comida não fosse de utilidade pública – disse Barcellos.

O geógrafo ressaltou que a expulsão das pessoas resultou em um processo de formação de novos latifúndios nas mãos de empresários brasileiros e estrangeiros, numa transação avalizada pelo poder público brasileiro.

O ambiente de negócios do projeto Minas-Rio foi pautado pela mania de grandeza dos governos e da iniciativa privada. Perigosamente entrelaçados, não só fizeram vista grossa às violações cometidas nos territórios dos empreendimentos como se tornaram cúmplices. Dados expostos no dossiê mostram que os órgãos ambientais foram ineficientes diante dos constantes descumprimentos de acordos relacionados às condicionantes dos projetos.

Causou espanto que as licenças ambientais, em vez de tratar o projeto como um só, o fragmentaram em três. O Ibama, que por ser um órgão federal deveria dar a licença ao projeto como um todo, só o fez nas áreas atingidas pelo mineroduto. Os órgãos ambientais de Minas e do Rio fizeram as licenças, respectivamente, em suas áreas. Essa divisão não só abriu mão de uma visão completa dos impactos do projeto como também foi responsável pelos descumprimentos de acordos relacionados às populações atingidas e ao meio ambiente. Em

CONT.



Conceição do Mato Dentro, por exemplo, algumas famílias chegaram a ficar sem água como consequência da atividade mineral da Anglo American. Essas pessoas, contudo, estão cada vez mais conscientes. A terra, na vida dessas famílias, é elemento central para a garantia da sobrevivência. Essa é a luta que une os moradores das cidades impactadas, como afirma o pesquisador do Ibase Carlos Bittencourt.

- Nossa aposta é nos intercâmbios entre as diversas resistências do Brasil frente à mineração, a fim de que saiam do seu isolamento local, dialoguem entre si e possam construir uma alternativa nacional a esse modelo destrutivo que devasta tantos territórios no Brasil – disse Bittencourt.

Como os governadores têm ignorado o pedido de diálogo das populações atingidas, várias formas de lutas começaram a ser costuradas. Ao se encontrarem, as populações atingidas de Conceição e São João trocaram angústias, dilemas e impressões. Formou-se uma rede de solidariedade. Nesse processo de resistência, algumas vitórias já foram conquistadas. Há várias ações judiciais em andamento nos ministérios públicos dos dois estados e do órgão federal. No Rio de Janeiro, a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) está atenta à questão e já convocou audiências públicas. A isso tudo se somam investigações de caráter trabalhista, tendo em vista as greves de operários da LLX e da Anglo American, que denunciam a precarização do trabalho.

O clima também é de total injustiça ambiental. Em São João da Barra, a maior área de restinga do país está ameaçada. E, provocada pela construção do Porto, a salinização dos terrenos na região prejudicou a agricultura e reduziu a produtividade dos solos a menos da metade.

O que ocorre em Minas e no Rio é o retrato da falta de diálogo do Brasil com os seus diversos brasis. O governo brasileiro tem deixado as portas abertas para os empresários e fechado negócios à revelia das populações que são diretamente afetadas pelos empreendimentos. O dossiê abaixo esmiúça todo esse processo, dando voz aos atingidos. O que eles têm a dizer é tão importante que pode levar a uma reflexão sobre o atual modelo de desenvolvimento do país.

O dossiê disponível na íntegra é assinado por:

Associação de Geógrafos Brasileiros Seção Rio de Janeiro / Niterói – AGB
Associação dos Proprietários de Imóveis e Moradores de Pipeiras, Barcelos, Cajueiro e Campo da Praia – ASPRIM
Comissão Pastoral da Terra – CPT
Comissão dos Atingidos de Conceição do Mato Dentro
Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais – GESTA/UFMG
Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade – PoEMAS/UFJF
Instituto Brasileiro de Pesquisa Socio Econômica – IBASE
Instituto Federal Fluminense – IFF-RJ
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST
Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos – NERU/UFF
Núcleo de Estudos em Estratégias e Desenvolvimento – NEED/IFF

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 52./ 2014

Brasília, 21 de março de 2014.

Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais-NESA/UFF

Rede Brasileira de Justiça Ambiental – RBJA

Universidade Federal Fluminense – UFF

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF

Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ



Boletim de Notícias - Edição nº 52./ 2014

Brasília, 21 de março de 2014.

I Mostra Audiovisual Olhares Indígenas, de 14 a 18 de abril, em Curitiba
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 21.03.2014

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=dIByT3PpppQ

Arpin Sul - De 14 a 18 de abril, a Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul realiza, em Curitiba, a I Mostra Audiovisual Olhares Indígenas. Ao todo, serão apresentados 11 filmes, sendo 10 estreias, na capital paranaense. Em breve, mais informações.



Prefeito de Sena acompanhará atendimentos do saúde itinerante no rio Iaco
SÍTIO AC PURUS, 21.03.2014

O prefeito de Sena Madureira, Mano Rufino (PR), viajou no final da manhã de hoje para o rio Iaco, onde acompanhará as ações do programa Saúde Itinerante. Na semana passada, a equipe de profissionais da saúde saíram do porto de Sena Madureira com destino à comunidade Santa Ana, alto rio Iaco, por onde os atendimentos foram iniciados.

Estão sendo oferecidos atendimentos médicos, odontológicos, vacinação, exame do Câncer de Cólo Uterino, palestras de caráter preventivo, vacinação anti-rábica (para cães e gatos), distribuição de medicamentos, atendimento relacionado ao programa Bolsa Família e, ainda, trabalho de combate a Leishmaniose, conhecida como ferida braba.

Médicos especialistas irão atender na comunidade Recife

Além da equipe da Prefeitura, o governo do estado, por meio da Secretaria de saúde, estará deslocando médicos especialistas para atender os ribeirinhos, com a realização, inclusive, de exames de ultrassonografia.

Os especialistas estarão dando plantão na comunidade Recife com início às 14 horas de sexta-feira, 21, e término no sábado, 22. A equipe é composta por: Clínico geral, Ginecologista/obstetrícia, Pediatra, Dermatologista, Infectologista e Geriatria.

no sábado, haverá, ainda, torneio de futebol, gincanas, brincadeiras diversas, entre outras atividades. "O momento é de muita felicidade, pois sabemos das dificuldades enfrentadas pelos moradores da zona rural em relação ao deslocamento até a cidade. Nossa meta é atender outras localidades. Queremos também agradecer o governo do estado pelo apoio", ressaltou o prefeito Mano Rufino antes de embarcar para a zona rural.

Lembrando que a equipe do programa saúde itinerante municipal estará realizando atendimentos no rio Iaco até o final desse mês.

Assessoria

URGENTE: Rio Guaporé transborda e deixa famílias desabrigadas

SÍTIO JORNAL CORREIO DO VALE, 21.03.2014



Devido ao grande avanço das águas do rio Guaporé, várias famílias foram pegas de surpresa no município Costa Marques, segundo informou o secretário de agricultura Euclides Sergio Neto, mais de 10 famílias já foram retiradas na área urbana, e ribeirinhos começam a ser retirados, e a previsão é aumentar este numero, pois o rio está subindo de 30 a 40 cm por dia, informou Euclides.



PLUVIOMETRIA: Nível do Jaguaribe aumenta e destrói passagens ribeirinhas
SÍTIO BLOG DO DIASSIS LIRA, 21.03.2014

O acesso para residentes no entorno do rio tem sido possível com o uso emergencial de canoas

Russas. A chuva dos últimos dias elevou o nível do rio Jaguaribe, no trecho que compreende este município, e destruiu parte das passagens que dá acesso a comunidades ribeirinhas. A população só não está ilhada porque, emergencialmente, canoas realizam o transporte da população. Apesar do imprevisto, a Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (Cogerh) informou que o volume de chuva até o momento, ainda não foi satisfatório para a recarga dos açudes.

Há duas semanas que a chuva chegou com mais intensidade ao Vale do Jaguaribe. Mesmo com precipitações isoladas, as pancadas d'água têm causado alagamentos nos centros das cidades. Na tarde da última terça-feira o nível de um trecho do rio Jaguaribe, neste município, subiu cerca de um metro, e levou parte da estrada de dá acesso as comunidades da zona rural. De acordo com o presidente da Associação de Moradores da Comunidade de Pedro Ribeiro, Lindomar de Lima, desde 2009, quando o rio enche a ponto de cortar a passagem, ele coloca uma canoa motorizada, para fazer a travessia de populares. "Cerca de 800 pessoas passam por aqui diariamente. A travessia aqui é gratuita, mas os motociclistas que utilizam a balsa se quiserem contribuir com R\$ 1,00 para ajudar na gasolina, é uma ajuda bem vinda", conta.

Promessa

Para o agricultor José Lourdes, morador da comunidade de Macambira, uma ponte foi prometida há 50 anos, mas nunca foi feita. Ainda de acordo com ele, o problema afeta várias comunidades, já que este é o principal acesso ao centro da cidade.

Segundo a Cogerh, o aumento do volume do afluente na região de Russas, não é decorrente da liberação de águas de reservatórios, já que grande parte dele recebeu pouca recarga, mas da própria chuva, que chegou um pouco mais intensa nos últimos dias. O Boletim Informativo emitido pela Cogerh, observa que dos 144 açudes monitorado no Ceará, apenas 36 reservatórios tiveram variação positiva na cota de armazenamento, porém esse aumento não chegou a 1%. Volume total todas as bacias estava cotado em 29% e se manteve durante os últimos meses, devido à diminuição da evaporação. Após as chuvas das últimas semanas esse volume subiu para 30,45%.

As bacias do Curu e dos Sertões de Crateús estão em alerta, por ser as regiões onde há um volume menor nos reservatórios. No Curu os reservatórios estão com apenas 5,47% de sua capacidade total de armazenamento, enquanto nos Sertões de Crateús esse volume é ainda

CONT.



bem menos, com somente 3,49%. Para isso, a Cogerh informou que esta realizando projetos emergências de transposição de águas por meio de adutoras.

Diante do quadro de seca que foi registrado nos últimos dois anos, o final da estação chuvosa passada deixou os reservatórios cearenses com apenas 42,47% de sua capacidade total, ou seja, cerca de 7,9 bilhões m³ de água. No início deste ano os reservatórios contabilizavam 31,25% da capacidade. Com o início da estação chuvosa, a variação entre o volume atual e o volume registrado no começo do ano é de -0.8%, ou seja, o que choveu até agora não deu para cobrir a reserva que foi utilizada nos primeiros meses do ano.

Porém, segundo a Companhia, as chuvas têm conseguido manter a estabilidade do atual nível de reserva hídrica, onde as chuvas têm ajudado a manter a estabilidade do sistema.

As bacias do Alto Jaguaribe e da Serra da Ibiapaba são as que se encontram em melhores condições. A primeira, está com a cota de pouco mais de 1,3 bilhões de m³ (47,47%) e a bacia da Ibiapaba com 55,3 milhões de m³ (40,48%). A Bacia do Média Jaguaribe, onde se encontra o açude Castanhão, soma mais de 2,6 bilhões de m³ (35,52%) onde apenas o Castanhão armazena, desse total, 2,5 bilhões de m³ de água, representando 38,38% de sua capacidade. Precipitações ocorrem em 77 cidades e Salitre apresenta a maior chuva

Quixadá. Dois dias após as homenagens ao padroeiro do Ceará, São José, a intensidade das chuvas está começando a se registrar em boa parte dos municípios do Estado. Ao longo desta semana, várias cidades apresentaram boas precipitações, afora o fato de que os registros pluviométricos estão abrangendo quase todo o Estado.

Na segunda-feira, 17, choveu em 133 municípios; na terça, 18, foram 91 cidades, na quarta, dia 19, a Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (Funceme) registrou precipitações em 122, e ontem, dia 20, até o encerramento desta edição, os dados oficiais eram de 77 cidades. A maior chuva foi registrada em Salitre, na Chapada do Araripe, com 64mm.

Mesmo assim algumas barragens já encheram e cascatas voltaram a surgir nos rios e riachos do Interior. No Maciço de Baturité, já é possível tomar banho de cachoeira nos balneários da região, principalmente em Pacoti. O rio Piranji, com nascente na lagoa Carnaúba, no distrito de Daniel de Queiroz, na zona rural de Quixadá, também encheu. No município vizinho, Ibareta, cortado pelo afluente com deságua no Oceano Atlântico, a corredeira está sendo apreciada pelos moradores do distrito que recebe o nome do rio.

Conforme a meteorologista da Funceme, Dayse Moraes, não há perspectiva de chuvas generalizadas nos próximos três dias no Ceará. A temperatura do oceano Atlântico Sul não está favorável à influência do principal ramo da Zona de Convergência Intertropical (ZCIT), principal sistema que ocasiona chuvas no Ceará durante o período da quadra chuvosa que é de fevereiro a maio. Este sistema está mais atuante no Norte do país, principalmente no Amapá e Pará. A tendência é de chuvas mais isoladas nesta sexta-feira, 21, e nos próximos dois dias. Mesmo assim deve chover no Sul e no Centro-Norte do Estado.

CONT.



Sistemas

Atualmente dois sistemas meteorológicos estão atuando no Ceará. Um deles é o Cavado de Altos Níveis, sistema meteorológico de área alongada de baixa pressão atmosférica que está associada a circulação ciclônica. Esse sistema deve provocar chuvas isoladas no Cariri. Entre hoje e amanhã há tendência de formação de um Vórtice Ciclônico de Altos Níveis (VCAN) ainda podendo atuar de forma desfavorável as chuvas.

No último prognóstico divulgado pela Funceme, a previsão indicava maior probabilidade para a categoria abaixo da normal. Ou seja, os percentuais para o período de fevereiro a abril de 2014: abaixo da normal (40%), normal (35%) e acima da normal (25%). Contudo, a Ematerce, a partir de novos dados levantados, trabalha com a possibilidade de 33% de chuvas abaixo do normal.

Ellen Freitas
Colaboradora



No dia contra a discriminação racial, lideranças dizem que não há o que festejar e sim alertar

SÍTIO MIDIAMAX, 21.03.2014

Hoje, 21 de março, é o Dia Internacional Contra a Discriminação Racial. Entretanto, segundo as lideranças dos negros e dos povos indígenas em Mato Grosso do Sul, não há o que comemorar e sim alertar. Eles cobram punição a declarações e atos racistas contra negros e indígenas.

Negros

O presidente do Conselho Estadual dos Direitos dos Negos em Mato Grosso do Sul (Cedine/MS), Carlos Versoza, vê pequeno avanço e conquista dos negros no Estado, sobretudo no âmbito universitário, mas admite que o conservadorismo político e o racismo influenciam na hora de escolher entre um negro e um branco para um cargo.

"O negro tem mais dificuldade de conseguir um cargo alto, de poder, mesmo se destacando. Ainda preferem o branco, por racismo e conservadorismo político", declarou. Versoza citou também a violência policial, a dificuldade de acesso à saúde e a marginalização que o negro sul-mato-grossense sofre diariamente.

"Precisamos de uma inserção maior na sociedade. Estamos buscando isso, nos aperfeiçoando, nos preparando, estudando, trabalhando. Políticas sociais e raciais ajudaram, mas só veremos o resultado em quinze, vinte anos", analisou.

O presidente do Cedine ainda mostrou-se descrente sobre o fim do racismo. "É quase uma utopia. Racismo é crime, e é uma lei que não é respeitada no Brasil. Tem que haver punição aos racistas", cobrou. Versoza também listou trabalhos culturais, educacionais, prevenção e conscientização como formas de diminuir o racismo no estado e no país.

Indígenas

Flávio Machado, conselheiro do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) regional de Mato Grosso do Sul, pensa da mesma forma. "Não há o que comemorar. Ainda faz parte do senso comum do sul-mato-grossense que o povo indígena é de segunda categoria", lamenta.

Machado afirma que os indígenas sofrem "racismo institucional" em Mato Grosso do Sul, "uma vez que lideranças políticas, tanto do executivo, quanto do legislativo, fazem falas públicas contra os indígenas". Ele atribui a situação a interesses da "oligarquia política que existe no estado".

O conselheiro frisa que é necessário alertar a sociedade do quanto os povos indígenas podem contribuir para o desenvolvimento do estado. "Eles estão aqui antes de o estado ser formado, e

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 52./ 2014

Brasília, 21 de março de 2014.

têm muito a colaborar. Se integrarmos os índios teremos uma pluralidade que pode ser destaque nacional. Os indígenas têm uma riqueza cultural muito forte”, declarou.

Números

Segundo a última pesquisa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), publicada em 2010, os negros (pretos e pardos) em Mato Grosso do Sul são aproximadamente 48% da população e os indígenas 9%. Com mais de 70 mil índios, MS é o segundo estado do país com maior população indígena, perdendo apenas para Amazonas.



Seguranças armados evitam que índios invadam fazendas em MS

SÍTIO NOTICIDADE, 21.03.2014

Fazendeiros de Iguatemi, em Mato Grosso do Sul, contrataram seguranças armados para proteger as propriedades.

Eles temem novas invasões de índios.

As porteiças que sempre estiveram abertas, agora estão trancadas e monitoradas por seguranças armados. Desde o começo do mês, seis homens se revezam dia e noite para proteger quatro fazendas.

As quatro propriedades são vizinhas à Fazenda Cambará, que foi ocupada por indígenas em 2012.

Na época, os índios receberam uma autorização para ficar em uma área de um hectare dentro da fazenda, mas no mês passado, eles desrespeitaram esse acordo e entraram na sede da propriedade. Desde então, os fazendeiros da região dizem se sentir inseguros, com medo de novas ocupações.

Márcio Lopes, líder indígena, nega qualquer tentativa de ocupação de outras áreas. Ele diz que só estão na sede da propriedade porque reivindicam uma escola indígena no local.

Os custos de segurança particular na região serão pagos pelos donos das 46 fazendas localizadas em uma área identificada pela Fundação Nacional do Índio (Funai) como indígena, mas ainda não demarcada. O presidente do Sindicato Rural de Iguatemi, Hilário Parise, que intermediou o contrato, diz que essa foi a única solução que os fazendeiros encontraram para proteger as propriedades.

A empresa contratada pelos fazendeiros para fazer a segurança das propriedades tem autorização da Polícia Federal para atuar em Mato Grosso do Sul. A informação é da Delegacia de Controle de Segurança Privada, órgão responsável por fiscalizar esse ramo de atividade.



Governo realiza nova avaliação em fazendas em MS

SÍTIO O PROGRESSO, 21.03.2014

Produtores rurais das áreas invadidas na região do Buriti contestaram laudos oficiais feitos pela Funai

A Fundação Nacional do Índio (Funai), inicia no fim do mês mais uma avaliação das propriedades rurais reivindicadas pelos índios na região do Buriti, nos municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti, para chegar aos valores que o governo federal deve pagar aos proprietários como forma de indenizar as terras e as benfeitorias e anexar os 15 mil hectares em disputa à Terra Indígena Buriti, que deverá ser ampliada para 17,2 mil hectares.

O governo estadual também realizou a sua parte nas negociações para a efetivação de acordos e liberação de recursos para pagamento das 26 propriedades rurais apontadas como de áreas indígenas, encaminhando, na última quarta-feira, à Assembleia Legislativa, projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial até o limite de R\$ 200 milhões no orçamento do Fundo Estadual de Terras Indígenas (Fepati) para o exercício de 2014.

Os produtores rurais, igualmente, conforme acordo firmado no início deste mês com o assessor do Ministério da Justiça, Marcelo Veiga, estão mobilizados para realizar, por conta própria, um novo levantamento das benfeitorias e qualidade da terra em disputa, como contra-laudo às informações oficiais e apresentar ao governo federal os valores das propriedades que mais se aproximem da realidade.

A portaria da Funai, assinada pela presidente interina do órgão, Maria Augusta Assirati, nomeia três servidores do órgão, um engenheiro agrônomo e dois técnicos em agricultura e pecuária, para realizar novo levantamento das benfeitorias das fazendas pretendidas pelos índios.

Segundo a portaria o grupo técnico tem como objetivo dar continuidade ao levantamento e avaliações de benfeitorias em ocupações não indígenas na Terra Indígena Buriti e terá o prazo de 18 dias, a contar de 31 deste mês, para concluir seus trabalhos e apresentar ao Ministério da Justiça.

No projeto de lei encaminhado à Assembleia Legislativa, o governador André Puccinelli destaca, em sua mensagem aos deputados, a proposta de orçamento para aquisição das terras e o compromisso do governo federal em destinar recursos para o pagamento aos proprietários, como forma de encerrar definitivamente o conflito entre proprietários rurais e índios.

Pelo projeto de lei, a Assembleia Legislativa deverá autorizar o governo estadual à abertura de crédito especial até o limite de R\$ 200 milhões do Fepati e garantir recursos para o pagamento das terras em disputa e resolver o problema que já resultou em confrontos e na morte de um indígena durante desocupação determinada pela Justiça em maio do ano passado.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 52./ 2014

Brasília, 21 de março de 2014.

No início do ano, o governo federal, em atendimento aos laudos apresentados pela Funai, encaminhou proposta aos produtores rurais para pagamento de suas terras, avaliadas em R\$ 78,6 milhões. Os produtores afirmam que o valor real de suas propriedades é, no mínimo, o dobro dessa cifra, mas entendem que poderiam aceitar um acordo em torno de R\$ 150 milhões pelos 15 mil hectares em disputa.



Boletim de Notícias - Edição nº 52./ 2014

Brasília, 21 de março de 2014.

Representantes de 30 tribos participam do lançamento dos Jogos Indígenas 2014

SÍTIO PORTAL CORREIO/UOL, 21.03.2014

Evento é realizado em parceria com as prefeituras de Rio Tinto, Marcação e Baía da Traição Olimpíadas

Divulgação/Secom-PB

O Governo da Paraíba, por meio da Secretaria de Estado da Juventude, Esporte e Lazer (Sejel), lançou, nessa quinta feira (20), no Ginásio 'Fernandão', em Rio Tinto, a edição de 2014 dos Jogos Indígenas da Paraíba. O evento, que é realizado em parceria com as prefeituras de Rio Tinto, Marcação e Baía da Traição, acontece entre os dias 26 e 29 de abril, na aldeia Jaraguá (Rio Tinto).

Durante a solenidade, os caciques, representantes das 30 tribos que irão participar dos Jogos, promoveram atividades ligadas à cultura Potiguara, típica da região, e ainda uma apresentação do Toré. "A dança expressa a força da cultura local", disse a prefeita de Rio Tinto, Dudu de Brizola.

O secretário Executivo da Sejel, José Marco, destacou que esta é a terceira edição consecutiva dos Jogos Indígenas e ressaltou o engrandecimento do esporte na Paraíba. "Há três anos que o Governo do Estado realiza esses Jogos e isso mostra o compromisso com o esporte em todos os segmentos da sociedade", frisou José Marco. As modalidades que serão disputadas são futebol, futsal, mini maratona, arco e flecha, canoagem, corrida do toro, arremesso de lança e cabo de guerra.

Também participaram da cerimônia, o prefeito Manoel Messias, da Baía da Traição; e a vice-prefeita de Marcação, Eliselma de Oliveira (Lili).

Sob as sombras do Piquizeirão, Geraizeiros do Alto Rio Pardo mandam recado a Sete Lagoas, Belo Horizonte e Brasília

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 21.03.2014



Por Carlos Alberto Dayrell*

No dia 20 de março, véspera do Dia Mundial das Florestas, 49 lideranças geraizeiras do Norte de Minas, homens, mulheres e jovens, encontraram-se sob as sombras do Piquizeirão, considerado o maior pé de pequi do mundo e último remanescente de uma população de imensos pés de pequi que cobriam as chapadas das altas serras do Espinhaço, entre os municípios de Montezuma, Vargem Grande e Rio Pardo de Minas. O motivo: discutirem a proposta de um projeto de lei que torna o Piquizeirão patrimônio material das comunidades geraizeiras e darem continuidade à luta pela criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Nascentes dos Gerais.

Irmã Iria Maria animou a celebração relembrando as mulheres bíblicas. Não sem razão, pois, no dia 01 de março de 2014 conforme consta de Boletim de Ocorrência de número REDS 2014-004704329-001 emitido pelo 3º GP/2 Pelotão da Polícia Militar de Salinas, duas mulheres geraizeiras, a jovem Thayres Santos, de apenas 18 anos, e sua mãe, Maria Joelice Santos, foram covardemente humilhadas e presas, sendo conduzidas algemadas até a delegacia de Novorizonte. Motivo? Por filmarem e denunciarem a violação de direitos que estava sendo cometida pela guarnição da Polícia Militar em suas residências em uma função de uma denúncia anônima que resultou na ordem de busca e apreensão de armas na propriedade de Orlando, uma das lideranças do Movimento Geraizeiro.

CONT.



Em mais uma tentativa de criminalizar as comunidades que resistem contra a degradação dos cerrados promovida pelo avanço de milhares de hectares da monocultura do eucalipto implantada em territórios das comunidades tradicionais geraizeiras, exatamente nas cabeceiras e áreas de recarga, as duas mulheres tiveram os seus direitos humanos violados, a mando de interesses de empresários que a todo custo tentam dar continuidade na grilagem de terras públicas no Norte de Minas contando com o beneplácito do judiciário.

Sob as bênçãos do Piquizeirão as lideranças narraram os 12 anos de luta pela criação da RDS Nascentes dos Gerais (anteriormente RESEX Areião Vale do Guará), em uma área de 38 mil ha que ainda se encontra parcialmente protegida contra a cobiça dos carvoeiros associados ao complexo Siderúrgico Florestal de Minas Gerais. Narraram mais de uma dezena de empates promovidos por mulheres, homens e jovens para evitar que as máquinas subissem ao Areião, o corte a foice de 120 ha de mudas de eucalipto que foi plantado em uma das nascentes do Córrego Vale do Guará, as Romarias do Areião realizadas, o plantio de quase 2 mil mudas de árvores nativas nas nascentes e áreas degradadas e a instalação do Acampamento Geraizeiro Quintino Soares, no município de Montezuma.

O Sr. Mito lembrou que neste Acampamento, em apenas 20 dias, colheram 7.200 caixas de pequi que foram carregados para Brasília e Goiânia em 12 caminhões trucados. Que todos os pequis foram coletados do chão, sempre com a preocupação de deixar outros tantos para os animais ou para a regeneração dos cerrados. Que, apesar da perda de praticamente 100% das lavouras em função do terceiro ano seguido de seca, tiraram uma renda bruta de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais), distribuídos entre as 35 famílias que ainda vivem no Acampamento. Ele lembrou: ainda vivem porque hoje estamos entregando o acampamento em função de mais uma ordem de despejo, agora em favor da Fazenda Estância Lagoa da Pedra, de Sete Lagoas. Tramitando há mais de um ano na Vara Agrária, o ICMBio, apesar de seguidamente alertado, não entrou como parte da ação reclamada pela equipe de advogados que vem defendendo na justiça as famílias geraizeiras que lutam pela criação da RDS. Por isso o despejo.

Mas, os geraizeiros do Movimento Geraizeiro deixaram claro os recados que enviam a Sete Lagoas, a Belo Horizonte e a Brasília: que não vão deixar a Empresa Estância Lagoa da Pedra cortar um pé de planta nativa do cerrado e que nenhum caminhão de carvão vai sair da área de terra pública que estão tentando grilar; que não vão aceitar que o Governo de Minas Gerais faça nenhum contrato de arrendamento com empresas eucaliptoras e que vão denunciar à Comissão de Direitos Humanos da ALMG as seguidas violações de direitos promovidas pela Polícia Militar de Minas Gerais; e que vão entregar a própria vida na defesa do território tradicional geraizeiro apesar da omissão do ICMBio e do Ministério do Meio Ambiente que reluta em criar a RDS em função dos interesses escusos de empresas – “a guerra está apenas começando!”

Montezuma, aos 20 de março de 2014

*Contato: 38 9104 7177



Começa amanhã a segunda etapa preparatória do Seminário Internacional Carajás 30 anos

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 21.03.2014

Santa Inês sediará dois dias de evento que discute sobre os 30 anos do Programa Grande Carajás

Seminário Internacional Carajás 30 anos: resistências e mobilizações frente a projetos de desenvolvimento na Amazônia Oriental, esse é o tema do seminário que terá culminância nos dias 05 a 09 de maio de 2014, na Universidade Federal do Maranhão, campus do Bacanga, em São Luís – MA. Mas o evento já acontece desde o ano passado com a realização de etapas preparatórias em cidades do Maranhão e Pará.

São seminários regionais que discutem de forma crítica os 30 anos do Programa Grande Carajás e suas implicações sociais, culturais e econômicas no Brasil e no mundo. Nos próximos dois dias (21 e 22) ocorre em Santa Inês, cidade do oeste maranhense, a segunda etapa do seminário. Em paralelo ocorre mais uma etapa regional, na cidade de Marabá – PA. A primeira etapa ocorreu em Imperatriz – MA e contou com um público de aproximadamente 400 pessoas.

A última etapa será realizada na capital paraense, Belém, de 09 a 11 de abril. Com isso, serão quatro seminários regionais realizados que culminarão com um evento de cunho internacional e contará com uma programação vasta de cinco dias. “O intuito é discutir criticamente o tema central do seminário, que o Programa Grande Carajás nos estados que são mais afetados, e em seguida dialogar com experiências de outros estados e países, na ideia de construir alternativas de mudança”, relata um dos coordenadores do evento.

Etapas de Santa Inês

A Sessão Pública de abertura do evento acontecerá no bairro Laranjeiras, na principal via de acesso da cidade, em seguida terá uma caminhada de deslocamento até o Sítio dos Padres, onde continua a programação do seminário que vai até o final do sábado (22).

Durante a tarde do primeiro dia, têm início os trabalhos dos Grupos Temáticos: Ambiente, poluição, saúde e conflitos ambientais; Relações de trabalho; Questão agrária, mineração e questão urbana; Criança, juventude, geração, gênero e diversidade sexual; Comunidades Tradicionais e povos indígenas: formas e estratégias de resistência e organização popular, violência e repressão e; Responsabilidade Social e Ambiental de empreendimentos e estratégias de cooptação de organizações sociais.

O primeiro dia de atividades do Seminário encerra com a exibição da peça “Buraco, um panfleto profundo”, já exibida com sucesso nas cidades de Açailândia, Imperatriz e Buriticupu. A peça estará em cartaz em um dos pontos de grande movimentação na cidade, Praça da Matriz, às 19h30.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 52./ 2014

Brasília, 21 de março de 2014.

No dia seguinte continua a programação com a socialização das discussões nos GTs, oficinas, minicursos e a Mesa Redonda "Resistências e Mobilizações frente aos Projetos de Desenvolvimento no Vale do Pindaré e Alto Turi" (com Helciane Araújo/UEMA, István Vargas/UFMA, Noé Maciel/MST e Luiz Vilanova, de Buriticupu).

Durante o evento acontecerão ainda mostras de filmes, dinâmicas de grupo e avaliação das atividades desenvolvidas durante a etapa local do Seminário Carajás 30 Anos.

Mais informações: <http://www.seminariocarajas30anos.org>

-

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Edmilson Pinheiro.